

11 AGO 1983

O aval do credor maior

ESTADO DE SÃO PAULO

Já tivemos oportunidade de chamar a atenção para o contraste entre o ceticismo quanto ao desempenho da economia nacional, manifestado no plano interno, e a confiança nele depositada pelos organismos e bancos que integram a chamada comunidade financeira internacional. Esse contraste patenteou-se anteontem, mais uma vez, nas declarações que fez, perante empresários paulistas, o sr. John Reed, presidente do "Citicorp", que é o maior credor do Brasil.

O sr. John Reed vem a nosso país num momento bastante turvo, em que a inflação explode e o ministério se apresenta dividido, ressentindo-se da falta de um maestro capaz de reger os destinos da economia nacional. É verdade que o sucesso na renegociação da dívida externa e o apoio dos mentores dos organismos nacionais e internacionais devem-se ao ministro da Fazenda, sr. Mafson da Nóbrega, que, com senso de realidade e austeridade, conseguiu exibir ao mundo uma nova imagem do Brasil. Ora, precisamente no momento em que os fatos parecem atestar que o presidente José Sarney não apoiou plenamente essa política

de austeridade, o sr. John Reed vem manifestar, em nome do banco a que preside, o intuito não sómente de permanecer como credor mas, também, de estender os investimentos do seu grupo para além da área bancária.

Para se avaliar devidamente o significado dessa decisão, neste momento crítico para a economia nacional, convém lembrar ter sido o "Citicorp" que, em vista da atitude dos devedores latino-americanos, optou pela constituição de maiores reservas, política esta que, a princípio, implicava sacrifício de lucros (e em queda do valor das ações), mas, posteriormente, permitiria reduzir eventuais perdas. Ao optar por essa conduta, o banqueiro norte-americano havia deixado bastante claro que não estava disposto a conceder mais empréstimos aos países latino-americanos e que estava resolvido a mostrar-se rigoroso com os devedores, os quais, por muito tempo, não teriam acesso aos créditos bancários.

Os bancos norte-americanos que secundaram o "Citicorp" assumiram uma posição bem mais rígida na renegociação com o Bra-

sil, que só veio a mudar depois que uma política de maior austeridade foi adotada pelo ministro Mafson da Nóbrega. Agora, porém, superadas as dificuldades, os credores começam a demonstrar uma surpreendente boa vontade para com nosso país. Os grandes bancos estão aderindo, mais depressa do que se esperaria, ao esquema proposto pelo comitê de assessoramento. Além disso, não mais insistem no total e absoluto condicionamento de seus desembolsos aos desembolsos do FMI.

O presidente do "Citicorp" vai, todavia, mais longe ao informar que, além de manter seus compromissos como banqueiro, está procurando aumentar os investimentos diretos da instituição fora da área bancária. É provável que isso se faça na forma de conversão de dívida em capital de risco, mas, de qualquer modo, essa mudança reveste importante significado. A atitude do presidente do "Citicorp" indica, sem dúvida, que os bancos duvidam seriamente de que poderão algum dia reaver o principal dos empréstimos, além de que já se deram conta de que o recebimento de juros é bas-

tante incerto. Por isso, preferem depender menos das autoridades monetárias (que ficam sujeitas a pressões políticas) e penetrar no setor privado.

Mas a opção não seria esta se o Brasil não oferecesse um potencial a que o capital estrangeiro agora dá crédito. A opção pelo risco é como uma aposta a favor do Brasil. O "Citicorp" já demonstrou ter grande interesse nos leilões de conversão de dívida em capital de risco. Não se sabe se por conta própria ou não. Ao comunicar que o grupo que comanda aumentará seus investimentos diretos no Brasil, o sr. John Reed não somente testemunha sua confiança no futuro do Brasil como fornece também um exemplo que os investidores norte-americanos não desdenharão, por ser dado por instituição tão abalizada e tão bem informada. A única dúvida é se o Brasil será capaz de manter-se à altura da imagem que o ministro Mafson da Nóbrega conseguiu recuperar para o País — País onde não poucos economistas ainda insistem em que a dívida externa não deve ser paga, só deve ser paga em parte.